

A CLASSE OPERÁRIA

RIO DE JANEIRO, 24 DE MAIO DE 1947 — ANO II — NUMERO 74

O GOVERNO DUTRA TEM SIDO UMA SERIE DE ATOS TERRORISTAS CONTRA O POVO

DA CHACINA DO LARGO DA CARIOCA AO FECHAMENTO DO PARTIDO COMUNISTA — MASSACRES DE OPERÁRIOS E CAMPONESES — PRISÕES PARA OS QUE LUTAM POR MELHORES SALÁRIOS — PROTEÇÃO À LIGHT CONTRA O POVO — FECHAMENTO DE LIGAS CAMPONESAS E SINDICATOS OPERÁRIOS — VIOLÊNCIAS CONTRA JORNAIS QUE NÃO SERVEM À DITADURA

A 23 do corrente passou o segundo aniversário do primeiro discurso de Prestes, em nome do Partido Comunista, no estádio do Vasco da Gama, no Rio.

Depois de quase dez anos de terror fascista no país, o povo brasileiro reconquistava algumas de suas liberdades fundamentais, inclusive o direito de reunião, e o ditador era fustigado, pelos acontecimentos internacionais e nacionais, pela pressão de massas em favor da anistia, a pôr em liberdade Luiz Carlos Prestes e milhares de seus companheiros.

A festa de São Januário pode ser recordada hoje como o início da vida legal do Partido Comunista do Brasil. Nesse dia, Prestes, o Cavaleiro da Esperança, o ídolo dos trabalhadores e do povo, indicou a seus compatriotas, a seus camaradas de lutas, o verdadeiro caminho a seguir para a reconquista das liberdades públicas, dos direitos do cidadão, para a marcha da democracia, enfim, e sua consolidação. Prestes mostrou que somente através de um regime democrático, no qual fossem assegurados a livre manifestação do pensamento, o direito de reunião, de associação e de organização para todos, a livre escolha dos governantes e representantes do povo numa Assembleia livre e soberana, poderia o povo, poderiam os trabalhadores, como a parte mais sacrificada pela situação de fome e miséria a que fora arrastado o país pela ditadura, encaminhar seus mais graves problemas às soluções mais justas.

Os fatos ocorridos nestes dois últimos anos indicam que Prestes tinha razão. Os aumentos de salários conquistados desde então, as vitórias obtidas no caminho da democracia, como a convocação da Constituinte, resultaram da força organizativa das massas, tendo à frente o Partido Comunista.

A eleição, pela primeira vez, de representantes do Partido Comunista para a Assembleia Constituinte, infundindo para a promulgação de uma Carta Magna que garantisse, pelo menos, os princípios fundamentais da democracia, revelaram o amor do povo pelo Partido Comunista, a confiança da classe operária nos dirigentes do Partido Comunista, a convicção de que era o Partido Comunista o lutador intrinsecamente pelos direitos do proletariado e do povo.

A CHACINA DO LARGO DA CARIOCA

Um ano depois do 23 de maio de 1945, a influência do Partido Comunista sobre as grandes massas era tal que a reação, os restos do fascismo, os agentes do imperialismo não tiveram dúvida de investir contra operários e populares reunidos pacificamente no Largo da Carioca para comemorar o primeiro aniversário de vida legal do Partido.

É verdade que a Carta fascista de 1937 havia sido revogada pelo governo recém-eleito, através de seus partidários e dos remanescentes da ditadura na Assembleia Cons-

tituinte. Mas é verdade também que durante a luta pela Constituinte, de toda a campanha eleitoral para 2 de dezembro o Partido Comunista mostrou ser o defensor da ordem e da tranquilidade contra as tentativas de desordens e as provocações dos restos do fascismo.

O governo Dutra, apenas esposto mas integrado já por elementos dos mais reacionários e dos mais intimamente ligados ao imperialismo, como Negrão de Lima e Pereira Lira e assessorado por Alcino Souto, mostrou então que não queria democracia mas ditadura, não queria ordem e tranquilidade, mas desordens e terror, mal supor-



tando as vitórias da democracia, apenas enquanto arregimentavam forças para a implantação da ditadura e do terror fascista.

O dia 23 de maio foi a revelação do caminho que seria trilhado pelo governo Dutra, pelo grupo fascista que o Partido Comunista denunciou desde o primeiro momento. Nesse dia, derramando o sangue do povo no Largo da Carioca, o grupo fascista do governo se desmascarou como inimigo feroz da democracia e do progresso, empunhando armas contra cidadãos pacíficos que utilizavam um direito democrático conquistado na própria luta pela destruição do fascismo.

IMPLANTA-SE A DITADURA TERRORISTA

Desde que o grupo fascista se viu reforçado pelo apoio dos imperialistas norte-americanos, não teve dúvidas em rasgar a própria Constituição, que tem menos de um ano de promulgação e solenemente jurada pelo chefe do governo, e sobre

os destroços da nossa Carta Magna implantar uma ditadura terrorista em todo o país.

23 de maio fora apenas um ensaio. Outros atentados contra a democracia, contra os mais sagrados direitos do povo e em particular dos trabalhadores, foram perpetrados desde então quase ininterruptamente.

O QUEBRA-QUEBRA

O "quebra-quebra", dirigido pela polícia de Pereira Lira, contra pequenos comerciantes, numa tentativa de atrair o povo para a desordem, levou ao assalto às sedes do Partido Comunista, contra as quais foi desencadeada a fúria nazista dos policiais e conhecidos fascistas, depredando e prendendo sem discriminação.

COMÍCIOS PROIBIDOS

Seguiram-se depois as proibições sistemáticas a comícios do Partido Comunista e, mesmo depois de promulgada a Constituição de 18 de setembro, sua localização em lugares afastados, numa vistosa tentativa de sabotá-los.

CONTRA OS SINDICATOS

Vieram em seguida as provocações contra os sindicatos operários, muitos dos quais foram fechados ou ficaram sob intervenção ministerialista.

Sucedeu-se a tentativa de impedir a fundação de central sindical e, ante a impossibilidade de realizar esse plano, a mais cinica provocação contra representantes sindicais de todo o Brasil, reunidos em Congresso, para a criação da CTB. O Congresso de unidade, convocado pelo próprio Ministério do Trabalho, na gestão Negrão de Lima, teve seu curso normal momentaneamente interrompido por elementos policiais e provocadores ministerialistas, desde que ficou clara a vitória da vontade livre da classe operária sobre os desígnios do grupo fascista do governo.

CONTRA OS AUMENTOS DE SALÁRIOS

Os trabalhadores não esquecerão jamais as violências contra eles desencadeadas todas as vezes que lutavam por melhores salários, por

melhores condições de trabalho, quando, em último recurso, recorriam ao direito de greve. Não era contra os seus exploradores que agia o governo, mas contra os explorados pelos homens dos lucros extraordinários e do cambio negro.

Todos estão lembrados da violência com que se demandou o grupo fascista contra os trabalhadores da Light, quando esses heróicos operários lutavam por conseguir dos tubarões imperialistas um aumento de salários insignificante em relação ao custo da vida.

Todos estão lembrados das provocações infames contra os bancários pelo simples fato de pleitearem estas uma pequena melhoria de seus vencimentos.

Foi sempre ao lado dos sudários do bovo que ficou o grupo fascista do governo e contra os mais justas reivindicações dos trabalhadores.

CRIME CONTRA OS PORTUÁRIOS DE SANTOS

A classe operária e o povo recordam igualmente as chantagens e violências do grupo fascista contra os heróicos portuários de Santos, pelo fato de se recusarem embarcar gêneros de primeira necessidade, inclusive víveres, para o governo fascista da Espanha, enquanto o nosso povo morria de fome.

Sabemos como, instigado pelo grupo fascista do governo central e do então fascista J. C. de Macedo Soares, espalhando o terror no porto de Santos, realizando orações em massa, espancando estivadores e doqueiros, invadindo as sedes de seus sindicatos, para impor o envio de gêneros para o bando fascista que ensanguentou o povo espanhol sob a mais terrível das opressões.

LIGAS CAMPONESAS FECHADAS

Vimos também a violência policial espalhar-se pelo campo e fechar organizações de camponeses, suas ligas e cooperativas, através das quais a massa miserável e faminta do sem-terra lutava por melhores contratos de trabalho, contra a dominação semi-feudal em que vive a imensa maioria da população do país.

As Ligas Camponesas, a única arma de que podiam servir-se os trabalhadores sem terra contra os grandes proprietários, principalmente em São Paulo sofreram a feroz repressão do grupo fascista

(CONCLUI NA 2ª PAG.)

O empastelamento de "O Momento" é mais um crime do grupo fascista

O empastelamento do diário O MOMENTO, da Bahia, veio salientar a gravidade da situação que vivemos depois de desrespeitada a Constituição pelo próprio chefe do governo. Veio mostrar o perigo a que ficaram expostas as liberdades fundamentais, algumas das quais já eliminadas na prática, como o direito de reunião, de associação e de organização. Veio mostrar enfim que a própria liberdade de imprensa não mais existe, depois do fechamento de jornais no Maranhão, na Paraíba, em Sergipe e das ameaças que pesam sobre outro diário, de orientação adenista, em Alagoas, onde um

ATENTADO À LIBERDADE DE IMPRENSA, INSPIRADO NA CIRCULAR DO MINISTRO DA JUSTIÇA E NOS ATOS PRECEDENTES CONTRA A CARTA MAGNA

seu redator foi barbaramente espancado.

Os matutinos cariocas de sexta-feira, estamparam um telegrama do diretor de O MOMENTO, informando que um grupo de fascistas armados de metralhadoras, machados e parafusos, invadiu a redação e as oficinas do referido jornal e destruiu suas instalações e máquinas. Os vespertinos publicaram maiores detalhes, calculando os prejuízos em cerca de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros).

A Secretaria de Segurança do Governo da Bahia publicou uma nota que constitui uma justificativa do atentado e mais uma capitulação do governo do Sr. Mangabeira às imposições ditatoriais do governo federal, transformando-se o governador num simples interventor.

A nota da Secretaria de Segurança da Bahia mostra também que o governo bahiano já conhecia a gravidade da situação e mesmo as ameaças que

pesavam sobre O MOMENTO. No entanto, em vez de tomar imediatamente medidas preventivas, mandando garantir o jornal, garantindo assim o respeito à liberdade de imprensa, nada fez nesse sentido.

Ao contrário, a providência tomada foi uma providência ditatorial: chamar a Secretaria de Segurança o diretor do jornal e aconselhar "prudência", "moderação", de forma em nada diversa da que faria o DIP de Vargas.

E onde a garantia constitucional da liberdade de imprensa, da qual o chefe do governo bahiano se mostrou sempre tão cioso antes de chegar ao Poder?

A verdade é que o empastelamento do jornal baiano é mais um ato que denuncia a situação extremamente grave que vivemos e que só os cegos e os capitulacionistas não querem ver.

Respondamos à violência fascista, com o nosso protesto e a nossa solidariedade ao jornal baiano, defendendo, ao mesmo tempo a liberdade de imprensa, garantida pela Constituição e ameaçada em todo o país.

O «SESI» - INSTRUMENTO DE MENTIRA E MISTIFICAÇÃO CONTRA OS TRABALHADORES

Quando o grupo fascista do governo iniciou sua ofensiva contra os trabalhadores, antes mesmo de rasgar a Constituição e ilegalmente herditar as uniões sindicais e a C. T. B., preparava, ao mesmo tempo, os meios de mistificar o proletariado, de enganá-lo com pretensas iniciativas em seu benefício. Foi quando reacionários graduados da Federação das Indústrias — covil de exploradores dos lucros extraordinários e do cambio negro — fundaram o SESI, organização tipicamente fascista que iria "proteger" o trabalhador.

Que é SESI? Estas letras encobrem um nome pomposo: Serviço Social da Indústria. Quem são seus propiciadores? Conhecidos inimigos dos trabalhadores e do povo, como os magnatas Roberto Simonsen e Morvan de Figueiredo, os chefes máximos da Federação das Indústrias, antes sustentáculos do "Estado Novo" e hoje sustentáculos da ditadura Dutra.

O SESI, no entanto, não constitui nenhuma novidade em regime ditatorial onde vigoram os métodos fascistas. O Estado Corporativo de Mussolini era um imenso SESI, que fazia as vezes de asas de morcego para abanar a ferida enquanto sugava o sangue de sua vítima. E na Itália fascista, como na Alemanha de Hitler e ainda hoje na Espanha de Salazar, a classe operária vivia sob a mais tremenda opressão, enquanto grupos capitalistas realizavam grandes negócios e planejavam a denominação mundial, depois de terem dominado seu próprio povo.

Justificando as verbas que destinava à "imprensa sadia", o SESI publica de vez em quando longas exposições sobre seus pretensos objetivos. Um dos últimos trazia este título para impressionar os incautos: "A ineficiência de certas leis trabalhistas", e se referia à lei de férias. Como se vê, pelo próprio título, sua finalidade principal é fa-

zer crer aos trabalhadores que as leis trabalhistas nada valem, que não constituem uma conquista da classe operária, mas uma simples concessão de seus "protetores". Para execução da lei, segundo se conclui da exposição do SESI, de nada valem as organizações operárias, os sindicatos, as uniões sindicais, a central sindical, a representação política dos trabalhadores rumo ao parlamento livre. A lei só será executada, segundo o SESI, se os industriais, os patrões, os Morvan e os Simonsen, fizerem valer sua generosidade para com seus empregados.

E a propaganda paga do SESI chega ao cinismo, de afirmar o seguinte:

"Os sindicatos, mesmo os grandes, por enquanto nada fizeram nesse sentido" (aplicação da lei de férias), para ressaltar em seguida que somente organizações reacionárias como a Juventude Operária Católica de São Paulo são capazes de fazer alguma coisa pela classe operária. Mas, depois de negar aos sindicatos operários qualquer eficiência, o SESI vai mais longe e afirma que "alguns patrões esclarecidos" estabeleceram regimes de férias coletivas a seus empregados e pagaram a estrada dos mesmos e suas famílias em estações balneárias.

O estrangeiro que lesse isso sem conhecer a nossa realidade, pensaria que o trabalhador em nosso país vive num céu aberto, e não às portas da fome e da mais completa miséria, em "filas", com salários infames, subalimentado, com sua capacidade de produção reduzida ao mínimo.

Mas o SESI não fica na mentira e na mistificação. Vai mais longe, e chega a insultar os operários, procurando tirar proveito para a ditadura com palavras contra o "Estado Novo", o mesmo "Estado Novo" que os Morvan e os Simonsen ajudaram a criar, que lhes deu imensos lucros e que eles sustentam até o nazismo ser militarmente esmagado.

"Muitos operários, de acordo com

os patrões, continuavam a trabalhar e recebiam seu salário em dobro. Outros passavam os dias bebendo, jogando e se divertindo mal" — é a linguagem insultuosa do SESI.

Vêm depois as promessas fantásticas que só poderão enganar trabalhadores menos vigilantes ou ainda não esclarecidos politicamente: colônias de férias marítimas e serranas, para os operários e suas famílias, "com o triplice objetivo: descanso, recreação e educação".

Os trabalhadores, porém, não são sonhadores; é muito dura a realidade em que vivem para estarem e sonhar com Poços de Caldas ou Caxambu, Petrópolis ou Copacabana. Os trabalhadores conhecem essa linguagem e essa tática do SESI, cujo objetivo principal é debilitar a capacidade de organização e luta da classe operária, porque sabe que a união e a organização do proletariado são o começo da vitória de suas reivindicações mais sentidas, como melhores salários, casas higiênicas, creches, melhores condições de trabalho, escolas para seus filhos, o que só será possível com o restabelecimento das garantias constitucionais, das liberdades democráticas roubadas pelo grupo fascista do governo.

Por estas coisas simples e possíveis continuará a lutar os trabalhadores, organizadamente, apesar da ditadura, apesar dos Morvan e dos Simonsen, apesar dos seus inimigos do grupo fascista do governo.

Lutarão por um governo de confiança nacional, com a renúncia de Dutra e seus assessores. Lutarão por um governo que respeite a Constituição e a epígrafe, como no caso do descaño semanal remunerado, até hoje esboçado justamente pelos senhores do SESI e do grupo fascista. São coisas concretas, e não demagogia e mistificação, o que desejam os trabalhadores, que só podem confiar em suas próprias forças e não em favores de seus inimigos mais ferrenhos.

O Juiz Ribeiro da Costa, vítima das violências ditatoriais

O terror policial da ditadura Dutra está se espalhando, procurando espalhar o pânico e criar ambiente para maiores arbitrariedades, para novos desrespeitos à Constituição, para novos atentados anti-democráticos.

Como previmos, o grupo fascista do governo não se limitaria às violências contra a classe operária, fechando as uniões sindicais e intervindo nos sindicatos ou invadindo lares de trabalhadores e comunistas, sob o pretexto de impedir reuniões de caráter político.

Como sob o nazismo, elementos que não concordam com a ditadura e não seguem os governantes fascistas, são igualmente visados e perseguidos. É típico de um regime que adota métodos nazistas o que ocorreu há poucos dias com o Ministro Ribeiro da Costa, membro do Supremo Tribunal Federal e que foi um dos juizes do Tribunal Superior Eleitoral a votar contra a determinação do grupo fascista. Dando o seu voto de consciência, voto de democracia e de juiz honesto, o Ministro Ribeiro da Costa se manifestou favorável à existência legal do Partido Comunista, declarando nada encontrar no processo que fundamentasse um voto contra o Partido.

Tanto bastou para que o Ilustre e independente juiz passasse a ser alvo das perseguições do grupo fascista do governo Dutra. Sua residência passou a ser vigiada por policiais e seus passos seguidos. Seu telefone ficou sob controle da polícia. Eis suas próprias declarações do "Diário de Notícias", confirmando a reportagem de um vespertino no dia anterior:

"Toda a minha correspondência está sendo retida no Departamento dos Correios e Telégrafos. Simples telegramas de cumprimento ou versando assuntos de família são retidos por esse departamento do governo, inclusive um passado há dez dias, por um dos meus irmãos". Em seguida, diz o "Diário de Notícias": "Conclui o ministro Ribeiro da Costa dizendo que não toma conhecimento desse ultraje do governo à sua toga de magistrado". Não há dúvida que este simples fato caracteriza uma ditadura mostra quanto desprezo têm os execu-

res da ditadura pelos representantes da lei. Era isto, nem mais nem menos, o que faziam Hitler e Mussolini, chegando, quando se sentiram fortes no Poder, até a eliminação pessoal daqueles que não concordavam com o fascismo e contra o regime fascista atiravam as massas. Pelo seu desassombro denunciando o perigo que representava — ainda nos seus primeiros dias — o fascismo para a Itália e para o mundo, Matteotti foi eliminado por Mussolini. Hitler não agiu de maneira diversa para com seus opositores, desde que não conseguisse corrompê-los.

Do que acaba de acontecer ao Ministro Ribeiro da Costa toma conhecimento o povo, através da própria denúncia do honrado juiz e graças à posição destacada que ocupa, e seu caso é divulgado mesmo por jornais da "imprensa sadia", que não podem ocultar o arbitrio e a violência em que age a ditadura policial em que nos encontramos. Mas como este está ocorrendo diariamente em todo o país, desde o dia em que Dutra fechou as uniões sindicais, a CTB e interveio nos sindicatos operários, antes de chegar as sedes do Partido Comunista, cujos bens foram saqueados pela polícia, a mando do Ministro da Justiça, Costa Neto. Jornais são fechados, jornalistas surrados, como ocorreu com o udenista Domizetti Calheiros, de Alagôas. E continuam as violações de lares.

No entanto, continuamos a adverteir, estes fatos apenas denunciam um plano que ainda não pôde ser totalmente executado mas que o grupo fascista do governo pensa levar adiante, não somente contra a classe operária e os comunistas, mas contra todos os partidos políticos e todo o povo.

E' contra esse plano monstruoso, que ameaça a Nação inteira, e pelo restabelecimento da normalidade constitucional que chamamos todos os democratas e patriotas para a luta contra a ditadura e o terror fascista, o que só poderá ser realizado com a renúncia de Dutra e seus assessores e a formação de um governo de confiança nacional que possa resolver os graves problemas do povo.

Cresce a força do P. Comunista da Alemanha

RETEM 25 DOS 87 MINISTERIOS DAS QUATRO ZONAS DE OCUPAÇÃO — A DIFERENÇA ENTRE AS VARIAS ZONAS DE OCUPAÇÃO

Telegramas desta semana revelam que, embora lentamente, a Alemanha está se libertando dos restos do nazismo e caminhando para o socialismo. Isto apesar da evidente proteção dada pelas autoridades de ocupação norte-americanas, inglesas e mesmo francesas a conhecidos remanescentes do hitlerismo, chegando a proteger de maneira escandalosa, como a Inglaterra, líderes políticos da categoria de Schumacher, considerado como um candidato ao cargo de chanceler.

Um despacho da UP revela que "os eleitores alemães escolheram principalmente elementos socialistas para dirigirem a sua derrotada Nação". De fato, apesar da lei eleitoral na zona americana, por exemplo, favorecer regiões de po-

pulação que se ligaram mais diretamente ao nazismo, prejudicando visivelmente as regiões de maior concentração operária, o Partido Comunista alemão vem conseguindo, nas últimas eleições, uma preponderância cada vez maior. O Partido Comunista da Alemanha já ocupa 25 dos 87 Ministerios de toda a Alemanha, sendo que a maioria desses postos governamentais foi conseguida na zona oriental, de onde têm sido eliminada sistematicamente e influenciada nazista e onde se fez a reforma agrária, estabelecendo-se melhores condições econômicas para os seus habitantes.

Em contraste com isso, as zonas ocupadas pelos americanos, ingleses e franceses, permanecem mais ou menos na mesma situação em que as deixou Hitler. Poderosos trustes são conservados, contra os próprios dispositivos dos acordos internacionais entre os Quatro Grandes, elementos nazistas são mantidos em postos de responsabilidade e a reforma agrária não foi sequer tocada, permanecendo a imensa maioria da população da Alemanha ocidental sem terras para cultivar, enquanto os latifundiários que ajudaram o nazismo têm todas as garantias e continuam a predominar politicamente, graças à força econômica de que dispõem.

Apesar disso, cresce a força dos comunistas alemães na própria zona norte-americana, tendo aumentado em 1% nas eleições de novembro de 44, em relação a junho. No entanto, a lei eleitoral em vigor na Baxtera é de tal forma anti-democrática — protegendo umas regiões em prejuízo de outras, onde prepondera e prole-

riado — que o Partido Democrata Independente, obtendo 172.053 votos, conquistou nove cadeiras na (CONCLUI NA 7.ª PAG.)

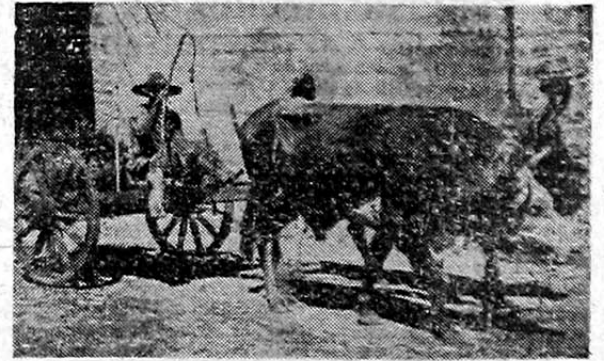
AGRAVA-SE A MISÉRIA DOS CAMPONESES GAÚCHOS

SANTA MARIA (Reportagem do correspondente Lael Osorio) — Conhecemos o camponês José Moraes, encostado à sua pequena e velha carreta, com uma junta de bois magros. É um velho de 60 anos de idade, pai de 9 filhos. Falou-nos das dificuldades, que enfrenta, para manter a família, sobretudo porque não recebe assistência alguma dos poderes públicos, uma vez que até a semente de trigo da secretaria de Agricultura deve ser paga no prazo determinado. O que tira da lavoura dá apenas e muito mal para a alimentação. Quanto à roupa, não se pode falar, porque todos andam maltrapilhos. Para alfabetizar três filhos, dá a falta de uma escola pública rural, foi obrigado a utilizar os serviços de uma professora, que, por pequenas mensalidades, leciona filhos de moradores do distrito.

Um dos filhos do camponês José Moraes de nome Fioravante, foi soldado da F.E.B. O velho lavrador fala dela com entusiasmo, mas a carestia não tem freio. 4 dos seus filhos ainda são menores e pouco podem ajudá-lo.

José Moraes ocupa um pedaço de terra de 20 alqueires mais ou menos, em Santo Antônio, 7.º distrito, de depois de se sacrificar nos campos de batalha lutando pela independência de nossa Pátria contra o nazifascismo.

A situação de um velho lavrador. — Nenhuma assistência do Estado — A sêca e os gafanhotos — "Terra, sementes", reivindicam os camponeses explorados, em Santa Maria



O camponês José Moraes, com o seu carro de boi, em Santa Maria

José Moraes conta a reportagem, que os gafanhotos e a última sêca liquidaram com a sua lavoura de milho, feijão e outras plantas de cozinha. N'essa situação angustiada, ainda foi forçado, contra a sua vontade e contra a própria lei, a tra-

balhar gratuitamente 6 dias, comprando estradas para a Prefeitura. "TERRAS E SEMENTE" — RECLAMA UM CAMPONEZ Ouvimos, também, a história de acrecenta com tristeza: — "Do (CONCLUI NA 7.ª PAGINA)

PAG. 2 A CLASSE OPERÁRIA

Diretor Responsável:	
Maurício Grabois	
Redação e Administração:	
AV. RIO BRANCO, 257 - 17.ª and.	
Sala 1711 - 1712	
Rio de Janeiro - Brasil - D.F.	
ASSINATURAS:	
Anual	Cr\$ 30,00
Semestral	Cr\$ 15,00
Número avulso	Cr\$ 0,50
Atrasado	Cr\$ 1,00

Unidade por cima dos capitulacionistas

Infelizmente, a experiência da ditadura do Estado Novo não está servindo para alertar, neste momento, nem mesmo algumas das suas principais vítimas, democratas e comunistas, mas que ainda se mostram vacilantes em tomar posição quando a ditadura novamente nos ameaça.

Não viram esses democratas apesar das nossas advertências, que qualquer concessão aos restos do fascismo, sobretudo ao grupo fascista do governo, seria um estímulo para novas aventuras anti-democráticas. Assim sucedeu com a suspensão, aprovada por democratas equivocados, da União da Juventude Comunista. Misturamos então o perigo que representava para as liberdades públicas, para a normalidade constitucional, para a democracia em si, a permissão de um golpe dessa natureza, um golpe fundamentalmente anti-democrático e anti-constitucional.

Os fatos vieram, em pouco tempo, confirmar as nossas previsões.

Menos de um mês depois do golpe contra a UJC, o grupo fascista investiu contra as Unions Sindicais e a CTB, rasgando na prática a Constituição em seu artigo 141, parágrafo 12.

Era a véspera do golpe contra o Partido Comunista, a última pressão sobre o STE, para a obtenção de votos em favor de seu fechamento, dando uma aparência de legalidade à decisão suprema do grupo fascista do governo.

Vimos então como os democratas da UDN protestaram contra o golpe já preparado, através da palavra de seu líder na Câmara Federal. Mas já era tarde. O golpe foi desferido e, desde que a Constituição fora tantas vezes desrespeitada, não havia mal em desrespeitá-la novamente e ir o grupo fascista muito além da decisão do STE, que apenas lhe cassara o registro, fechando o Partido Comunista como sociedade civil, o que só poderia ser feito através de sentença judiciária.

Que vimos depois? Capitulações sobre capitulações, aceitando alguns democratas os fatos consumados, tal qual sucedera em 37, o que hoje causa indignação e repulsa ao povo brasileiro. Mais ainda, e mais grave também: o grupo fascista do governo procura dar uma aparência legal às suas violências, utilizando-se do Congresso para justificar suas arbitrariedades. Não há dúvida de que assim fará até considerar o Congresso já inutil, quando julgar consolidada a ditadura, com a supressão das demais liberdades públicas, inclusive a liberdade de imprensa, como está acontecendo em todo o país.

Há exceções, é verdade, mas ainda não exceções apenas. Vimos, por exemplo, as Assembleias Constituintes de Goiás, Sergipe, Bahia e a Câmara Municipal do Distrito Federal votarem energicos protestos contra o fechamento do Partido Comunista, enquanto em São Paulo os udenistas se aliam aos pessadistas para aprovarem, por 35 votos contra 26, moção de solidariedade ao general Dutra, depois da serie, já considerável, de seus atos ditatoriais.

Vimos, igualmente, governadores eleitos pelo povo não já interventores estacionaristas, se prontificarem a cumprir as determinações ditatoriais do grupo fascista do governo central, fechando legalmente o P.C.B. que continua existindo como sociedade civil, quando alguns desses mesmos governadores haviam se comprometido publicamente, por escrito, a defenderem a Constituição, a legalidade do Partido Comunista e encaminhar a solução dos problemas do povo.

A esse respeito, é flagrante a capitulação do sr. Otávio Mangabeira, que, depois de mandar fechar as sedes do Partido, permitiu que lares de cidadãos brasileiros fossem varejados, criando-se um ambiente propício à má estúpida agressão já sofrida por um jornal nos últimos anos: o empastelamento de "O Momento" por um grupo de fascistas. A nota da Secretaria de Segurança distribuída sobre o fato aparece como uma legitimíssima justificativa do mesmo e indigna qualquer democrata.

Essas capitulações, no entanto, isto não significa que a união de todos os democratas não possa ser feita. Ao contrário, ante as capitulações, estão sendo alertadas as massas de todos os partidos, que querem democracia e não ditadura, que nada têm a lucrar com o regime de terror fascista já iniciado em nossa Patria. Todos os democratas, não só os comunistas, mas os udenistas, os perrepletas, os patriotas que se encontram nas fileiras de qualquer partido político, visando o bem-estar do povo e o progresso do país, formarão na frente unida que fará recuar esmagadoramente o grupo fascista do governo, levando-o à derrota irreversível e restabelecendo no Brasil a Constituição de 18 de setembro, as liberdades democráticas e o respeito à dignidade da pessoa humana.

As forças da democracia crescem no mundo inteiro, e, apesar do retrocesso momentâneo em nossa Patria, aqui também elas saíram vitoriosas sobre as forças da reação e dos restos fascistas.

«O TRIBUNAL ESTAVA ESPERANDO UMA DIRETIVA DOS EE. UU.»

Interessante revelação da revista norte-americana "News Week" sobre o fechamento do PCB

A reacionária revista norte-americana "Newsweek", em seu número de 19 do corrente, não esconde a origem do golpe ditatorial contra o

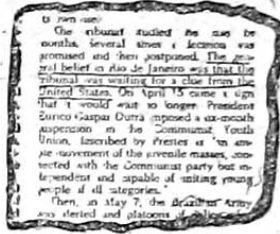
povo, pois o sr. Himalaia Virgílimo não para de um ex-procurador do Tribunal de Segurança do Estado Novo.

Mas a referência que mais interessa a nós brasileiros nessa nota da revista americana é a que diz o seguinte:

"O tribunal estudou o caso durante meses. Diversas vezes a decisão foi anunciada e depois adiada. A crença geral no Rio de Janeiro era que o tribunal estava esperando por uma diretiva dos Estados Unidos. A 15 de abril ficou evidente que não se esperaria muito. O Presidente Eurico Gaspar Dutra impôs a suspensão por seis meses da União da Juventude Comunista, escrita por Prestes como "um amplo movimento das massas juvenis, ligada ao Partido Comunista mas independente e capaz de unir os jovens de todas as categorias".

Note-se que no seu comentário "Newsweek" não contesta se veio realmente a "diretiva" dos Estados Unidos, e mostra como, por obra de máfia, depois do golpe contra a União da Juventude Comunista, foi fechado também o Partido Comunista. Ao contrário, apresenta os fatos com imensa naturalidade como se as diretas do imperialismo ao governo Dutra fossem coisas comuns que não se devem estranhar.

Al está mais uma evidência do que vimos afirmando: o fechamento do Partido Comunista foi de fato ordenado por Truman, imposição dos imperialistas.



Fac-símile do "Newsweek", mencionando as "diretivas" dos Estados Unidos

Partido Comunista, atrás da cortina dos meios "legais", isto é, do julgamento do Superior Tribunal Eleitoral.

Depois de dar informações sobre o Partido Comunista do Brasil, algumas falsas, como quando diz que antes do registro eleitoral no STE o Partido tinha apenas 3.000 membros, "Newsweek" se refere às vitórias eleitorais de dezembro de 45 e janeiro de 47, mostrando que o PCB surgiu como o quarto grande partido no país. Refere-se em seguida à ação movida contra o Partido "por dois deputados", quando de fato se trata apenas de um deputado, o sr. Barreto Pinto, e esse mesmo de 400

SEMANA PARLAMENTAR

DEPUTADOS COMUNISTAS E DEMOCRATAS DENUNCIAM ATOS DO GRUPO FASCISTA

Na semana que hoje finda, importantes assuntos políticos foram debatidos no Congresso, sobretudo na Câmara Federal, onde, como sempre, os deputados do Partido Comunista desempenharam papel saliente na defesa da Constituição e das liberdades democráticas abolidas pela ditadura.

RESUMO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS POLITICOS EM DEBATE, NA CAMARA

leiros do Distrito Federal, em cuja "Junta governativa", nomeada pelo ministro do Trabalho, Morvan, está um associado anteriormente expulso

te fechadas no Estado do Rio, e entre elas a "Francisco Lira", legalmente constituída e registrada em Cartório.

20-5-47 — O FECHAMENTO DO P.C.B. — O deputado Maurício Grabois completa a leitura do Manifesto em que o Partido Comunista do Brasil define sua posição em face aos últimos acontecimentos políticos do país, que culminaram com o fechamento de organização trabalhistas como as unidas sindicais, a C.T.B. e o próprio partido dos trabalhadores, o Partido Comunista.



Deputado Maurício Grabois

VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIOS — Da tribuna da Câmara, os comunistas apontaram outras medidas violentas da ditadura, mandando a polícia devassa residências particulares, sob o pretexto de que nas mesmas poderiam estar funcionando células comunistas. O certo é que milhares de residências têm sido varejadas e até este momento a polícia, mesmo tendo a seu favor toda a "imprensa sãdia", que vive da mentira, não teve coragem de mencionar uma única célula comunista em qualquer dessas residências. É que no fundo a polícia quer espalhar o desespero, o pânico, o medo, como em qualquer ditadura e para manter a ditadura e seus privilégios. O deputado Grabois cita como exemplo a casa do romancista Graciliano Ramos, que foi varejada pelos beleguins da "ordem política e social", e menciona a do jornalista Rui Facó, violência já denunciada anteriormente pelo deputado Mari-gheia.

A seguir, o mesmo deputado faz considerações sobre o importante documento político, dizendo que o P.C.B. se coloca na defesa da legalidade constitucional e mostra como o ministro da Justiça, mandando fechar as sedes do Partido cujo registro eleitoral foi cassado, praticou um ato ilegal, uma vez que o Partido, como qualquer sociedade civil legalmente registrada, poderia continuar funcionando, como aconteceu mesmo depois do golpe de novembro de 37, quando a ditadura estacionarista aboliu os partidos políticos. Esclarece que, como sociedade civil, o P.C.B. se poderia ter suas sessões fechadas se contra ele fosse ditada uma sentença judiciária.

do sindicato pelos seus companheiros. Em outros sindicatos, proseguiu o deputado Grabois, essas "juntas governativas" não fazem mais do que fechar as portas do sindicato, impedindo que os trabalhadores ali tenham livre acesso para defender seus interesses e lutar por suas reivindicações.

LIBERDADE DE IMPRENSA — Maurício Grabois trata igualmente dos atentados à liberdade de imprensa pela ditadura, referindo a interdição, por algumas horas, da redação de A CLASSE OPERÁRIA, a 9 do corrente. Cita a propósito a circular do Ministro Costa Neto, de fundo verdadeiramente inquisitorial, a qual está produzindo seus efeitos em alguns Estados, onde jornais que não estão com a ditadura foram fechados violentamente. Cita igualmente a pressão que está sendo feita contra os fornecedores de papel para A CLASSE OPERÁRIA e "Tribuna Popular" a fim de que cessem

INTERVENÇÃO NOS SINDICATOS — É ainda o líder da bancada comunista quem levanta na Câmara Federal a questão das intervenções do governo Dutra nos sindicatos operários, aos quais estão sendo impostas "juntas governativas" que estão delapidando os bens dos sindicalizados, o seu patrimônio e impedindo que seus associados se reúnam para defender seus legítimos interesses.

FECHAMENTO DE CLUBES — Entre as medidas anti-constitucionais praticadas pela ditadura, cita o deputado Grabois o fechamento de simples clubes recreativos, entre os quais o Clube Recreativo Musical Carioca, que data do século passado, contando já 54 anos de existência. Em São Paulo, acrescenta, foram fechados também Comitês Populares e Ligas Camponesas. Ligas camponesas foram também arbitrariamente

o que você DEVE SABER

MULTIPLIQUEMOS AS COMISSÕES DE DEFESA DA CONSTITUIÇÃO

Todos nós, democratas, precisamos deter a marcha da ditadura. Isso não pode ser feito, naturalmente, com a simples propaganda. Esta é indispensável para divulgar o sentido da exigência patriótica de renúncia imediata do governo ditatorial. Quanto mais intensa for a propaganda, mais rapidamente a exigência de renúncia será uma palavra de ordem das vastas massas populares. Mas a propaganda somente não basta.

mente nos capitais referentes aos direitos individuais e partidários e aos direitos sociais dos trabalhadores que devem ser ligados ao levantamento de suas reivindicações econômicas.

Há maneira concreta de defender a democracia é, também, a de desen-

É necessário, também, o trabalho de organização das massas populares, principalmente em comissões de defesa da Constituição. A multiplicação dessas comissões, nos bairros, fabricas, casas de negocio, colégios, universidades, escritórios, fazendas e vilas do interior, se transformará numa sólida barreira aos avanços da ditadura.



Essas comissões têm grande missão a cumprir. Em primeiro lugar, está claro, defender a Constituição, protestando contra os atentados aos seus dispositivos. A liberdade de organização e de expressão do pensamento se acham já violentadas. É preciso defender essa liberdade, em cada caso concreto, quando são atingidos os partidos políticos, os sindicatos, os jornais, as organizações populares. Defender através de protestos, como telegramas, memoriais, visitas aos parlamentares e autoridades, comícios, atos públicos, volantes e outras publicações. Defender, também, através de uma solidariedade concreta às vítimas dos atos de violência, quando é o caso de prejuízos materiais. Um exemplo prático é o da depredação do diário "O Momento", na Bahia, que está, por isso, a exigir uma grande campanha de ajuda financeira.

volver a campanha de ajuda financeira aos jornais da imprensa popular, hoje cumprindo gigantesca tarefa diante do repugnante cetro da imprensa amarela, subsidiada pelo Plano Truman. Criemos por consequência, com o máximo entusiasmo, "círculos de amigos" de A CLASSE OPERÁRIA, recolhamos contribuições e façamos, de casa em casa e com os companheiros de trabalho, assinaturas do nosso querido jornal, "Círculos de Amigos" da TRIBUNA POPULAR de "O MOMENTO" e outros jornais independentes, devem se multiplicar e, cedo, a campanha de ajuda financeira em resposta as violências da ditadura, atingirá dezenas de milhares de cruzeiros, como já está acontecendo no Rio e em São Paulo.

As Comissões de Defesa da Constituição, abrangendo democratas de todos os partidos e sem partido, têm como tema central de sua propaganda, naturalmente, a própria Carta Magna. É necessário divulgá-la ao máximo, através de conferências, palestras, publicações, etc., principal-

LEIAM: "JORNAL DE DEBATES" Todas as quintas-feiras



O proletariado defenderá o movimento sindical contra os assaltos da ditadura

O movimento sindical brasileiro tem sido um dos objetivos preferidos pela violência do grupo, que está no poder, com o Sr. Dutra à frente. Desmantelar e subjugar as organizações sindicais do proletariado tem sido uma tarefa de primeira ordem para a sinistra camarilha Pereira Lira-Alcino-Morvan. Por isso é que o fechamento ilegal da C.T.B. e das União Sindical não significou senão a culminância de todo um processo de violências, em que, apesar de tudo, muitas vezes a força da democracia em marcha conseguiu derrotar os remanescentes do hitlerismo em nossa Pátria.

A CRIAÇÃO DA CTB
A força da democracia em marcha pôde quebrar a cortina de ferro do Estado Novo e libertar o movimento sindical. Pela primeira vez, depois de longos anos, realizaram-se, em 1945, assembleias sindicais sem a presença de policiais e fora do controle opressivo do Ministério do Trabalho. O proletariado conseguiu respirar um pouco de ar puro e se lançou com entusiasmo na tarefa de construir um vigoroso movimento sindical no Brasil. Essa tarefa tinha no glorioso M.U.T., o principal orientador. O M.U.T., apesar da ilegalidade em que o quis lançar o então ministro do Trabalho, Negrão de Lima, cumpriu a sua missão. Em fins de agosto de 1946, era criada, por milhares de legítimos delegados da esmagadora maioria de sindicatos do país, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, poucos dias antes de ser promulgada a Carta Constitucional democrática.

A C.T.B. surgiu enfrentando inúmeras dificuldades. Mas, naquela época, era quase impossível reprimir o movimento democrático em ascensão. De nada adiantou o ministro Negrão de Lima decretar eleições sindicais para depois revogá-las. De nada adiantaram as suas manobras, com o apoio de alguns velhos traidores e divisionistas da classe operária, para sabotar o Congresso Sindical. A C.T.B. surgiu triunfante e, em muitos Estados, criaram-se novas União Sindical.

O MINISTÉRIO DO TRABALHO CONTEA A C. T. B.
A substituição de Negrão por Morvan não modificou a orientação do Ministério do Trabalho, ostensivamente em favor dos grandes banqueiros e industriais e contra os interesses elementares da classe operária.

A Constituição foi promulgada, mas os direitos sociais assegurados na Magna Carta, aos trabalhadores, foram sendo clinicamente violentados. O repouso semanal remunerado ficou no papel. O direito de greve foi considerado um crime. A autonomia sindical não se concretizou, porque, bem depressa, voltaram os policiais às assembleias dos órgãos do proletariado.

O Governo Dutra tentou invalidar a C.T.B., criando, por decreto, a sua confederação de traidores. Mas o golpe caiu no vazio, diante da força com que a Constituição foi defendida.

A C.T.B. continuou a orientar massas cada vez mais amplas de operários. A C.T.B. se colocou numa posição de decidida defesa da indústria nacional, apelo patriótico para o aumento da produtividade, pugnou incansavelmente pelos entendimentos pacíficos entre patrões e operários para resolver os dissídios por aumento de salário e as reivindicações de melhores condições de trabalho.

O PRIMEIRO CAPÍTULO CONSTITUCIONAL RASGADO
Mas a ronda das intervenções não arrefeceu. Antes de promulgada a Carta Magna, assistiu o país às escandalosas invasões dos Sindicatos dos Estivadores de Santos e dos Portuários do Rio, que haviam se levantado corajosamente contra o caudilho Franco.

Depois de promulgada a Carta Magna, seguiram-se novas interven-

TEM DE LONGE O PROCESSO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA O MOVIMENTO ORGANIZADO DOS TRABALHADORES — A C.T.B. E AS UNIÕES SINDICAIS — A RONDA DAS INTERVENÇÕES — A CLASSE OPERÁRIA CONTINUARÁ NA LUTA POR SUAS REIVINDICAÇÕES ECONÔMICAS E PELA IRRESTRICTA AUTONOMIA SINDICAL

ções, porque, evidentemente, o ditador Dutra não podia compreender senão as leis do Estado Novo. O primeiro capítulo da Constituição rasgado pela ditadura foi o dos direitos sociais dos trabalhadores. Novamente, assistiu o país à invasão de sindicatos: — o dos metalúrgicos de Porto Alegre, o dos metalúrgicos de Barra Mansa, o dos aviários, a associação dos ferroviários da Leopoldina, o sindicato dos trabalhadores do açúcar, o sindicato dos eletrici-

tas, o sindicato dos tecelões da Bahia e muitos outros.

Um comício da União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal foi impedido como já o tenham sido as manifestações de 1.º de maio. Os dissídios coletivos por aumento de salário são sistematicamente sabotados na Justiça do Trabalho, onde elementos ligados aos banqueiros e industriais desenvolvem uma ação desmoralizadora contra as reivindicações operárias. E assim se dá o caso

do dissídio dos securitários, que, por 10 meses, permanece sem solução. E ainda o mais estranho caso do dissídio dos marmoristas, cujos patrões concordaram, através de pacíficos entendimentos, em pagar 40% de aumento de salário, quando a Justiça do Trabalho julgou razoável conceder apenas 20%!

DESMASCARAM-SE AS VIOLÊNCIAS

Todo esse processo de violências culminou com o ilegal fechamento

da C.T.B., das uniões sindicais e a intervenção dos sindicatos e associações profissionais filiados a essas organizações ou que para elas tenham contribuído!

Enquadraram-se, no último caso, 20 sindicatos e, 3 associações profissionais filiadas à União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal.

O proletariado carioca vem sentindo, profundamente, o resultado dessas medidas arbitrárias e ilegais.

O Sindicato de Fiação e Tecelagem, por exemplo, está fechando as suas portas às 18 horas, não permitindo, por isso, à grande massa de tecelões comparecer à sua sede. A comissão de sindicalização, que vinha desenvolvendo com êxito as suas tarefas, foi proibida de se reunir na sede do sindicato.

O sindicato dos securitários, com cerca de 4.000 associados, foi entregue a um elemento estranho à classe e até as simples e habituais reuniões recreativas foram proibidas na sua sede.

O sindicato dos metalúrgicos também foi dos mais lesados. Durante a gestão do seu legítimo presidente, Manuel Alves da Rocha, o sindicato elevou o número de associados de 1.200 a 10.000. Mais de cem conselhos de fábrica estavam em funcionamento. São esses conselhos que, agora, ainda sustentam energeticamente o sindicato e obrigam a Junta Governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho a recuar no caminho das arbitrariedades.

OS OPERÁRIOS CONTINUARÃO DENTRO DOS SINDICATOS

As violências da ditadura não conseguirão quebrar a fibra do proletariado, que, tantas vezes, tem dado legítimas demonstrações de patriotismo e que, a essa altura, já possui uma grande camada esclarecida.

As violências da ditadura não conseguirão atingir o seu fim, que é desmoralizar o movimento sindical e afastar os operários dos seus órgãos de classe. Obedecendo ao apelo da C.T.B., os operários continuarão nos sindicatos, lutando por seus direitos, inclusive quando à frente dos sindicatos estiverem juntas governativas ministerialistas. Essas juntas serão obrigadas a recuar diante do protesto dos trabalhadores.

Os operários lutam, firmemente, por eleições sindicais, a fim de que a frente dos seus órgãos de classe se coloquem diretorias sancionadas pela aprovação soberana da própria massa associada. Os operários exigirão a Autonomia Sindical, que é garantida pelo art. 129 da Constituição. Não cessará, tampouco, a luta da classe operária por melhores condições de vida, por aumento de salário, como condições indispensáveis ao aumento da produtividade e à defesa da indústria nacional.

Até através de protestos organizados, de telegramas, memoriais, comícios, visitas a parlamentares e autoridades democráticas, através do levantamento das reivindicações econômicas, o proletariado defenderá o movimento sindical dos assaltos da ditadura Dutra.

Ajude a defender os interesses dos trabalhadores e do povo: Faça uma assinatura de A CLASSE OPERÁRIA.



NOIVAS!

Compretn exxovais no rigor da moda

NA

A RUBREZA

95, Uruguiana, 95



O 2.º ANIVERSÁRIO DA "TRIBUNA POPULAR"

Ajudemos o grande jornal do povo a vencer as manobras da ditadura

A 22 de corrente completou seu segundo ano de luta o bravo jornal do povo: "TRIBUNA POPULAR".

A exortação com que o povo acorreu às comemorações dessa data mostra o quanto é querida a "Tribuna", mostra a imensa gratidão que por ela nutrem todos os antifascistas, todos os patriotas que repelem a ditadura, que odeiam o fascismo e que não querem ver o Brasil novamente dominado por uma camarilha de agentes imperialistas e exploradores do povo.

Não somente os cariocas, mas todos os brasileiros, reconhecem a formidável contribuição da "TRIBUNA POPULAR" na luta pela eliminação dos restos do fascismo, contra o imperialismo, pela emancipação de nosso país. Reconhecem o heroísmo com que tem sabido conduzir essa luta, em meio a provocações de toda ordem, desde a apreensão de edições na rua até a suspensão por 15 dias, como ocorreu no ano passado, quando a "Tribuna" desmascarou as mentiras e as calúnias associadas pelo fascista Pereira Lira, advogado da Light, contra as organizações livres do proletariado, a mando de seu superior, o então Ministro da Justiça, Negrão de Lima.

O povo distingue a "Tribuna" como um dos poucos jornais realmente democratas e a serviço das causas populares, colocando-a no polo oposto àquele em que se encontram os órgãos da "imprensa sadia", como "O Globo", o "Diário da Noite", "Diário Carioca" e outros pasquins que vivem da mentira, da intriga, da mistificação, dos jogos mais sórdidos da reação e do bando fascista do governo e que se alimentam das verbas escusas das "calzinhas" de organizações como o SESI e das empresas imperialistas, como a Light.

"TRIBUNA POPULAR", pela sua atitude de acórdio com os interesses nacionais, dos trabalhadores e das

grandes massas, ensinou, na prática, a distinguir os jornais patrióticos daqueles que estão a serviço da reação, dos restos do fascismo e do imperialismo. Depois de dois anos de

ensinamentos — para ódio e temor dos reacionários — nada mais fácil do que reconhecer os jornais da imprensa popular, a serviço da unidade do nosso povo, da democracia e do progresso da Pátria, daqueles que apoiam e estimulam o grupo fascista do governo a praticar desrespeitos à Constituição, enquanto, com sua campanha anti-comunista, estão apenas escondendo a situação de miséria em que se encontra o povo, e em particular os trabalhadores, facilitando a sua exploração pelos senhores dos lucros extraordinários, do cambio-negro, dos latifundiários e das empresas lanques que matam a nossa indústria e levam o nosso país à ruína.

Neste momento, quando a ditadura ameaça a própria liberdade de imprensa, já ferida com o fechamento, a mando do Ministro da Justiça, Costa Neto, de jornais na Paraíba, Maranhão e Alagoas, com o espancamento brutal e ameaças a jornalistas no último desses Estados, a "TRIBUNA POPULAR" é mais do que nunca uma trincheira do povo e que precisa ser reforçada com a intensificação da ajuda financeira, para que possa vencer as graves dificuldades que enfrenta e ajudar ao povo na sua luta contra a ditadura. E assim poderemos comemorar, na democracia restaurada, num ambiente de paz e liberdade, o 3.º aniversário da gloriosa "TRIBUNA POPULAR".

Ajudemos financeiramente a "TRIBUNA POPULAR", concorramos às suas festas de aniversário, criemos círculos de amigos do querido jornal!



O morro da Catatumba abriga alguns milhares de famílias, que ali se movimentam numa espécie de vida muito diferente da vida normal, humana. Ali estão, por exemplo, no quadro, em cima, à esquerda, lavadeiras obrigadas a descer declives perigosos, com montes de roupa à cabeça, para aproveitar um pouco de água difícilíssima. Também, à esquerda, em baixo, em torno de um poço, espalham-se casebres, dos quais alguns, sob suspeita de "comunismo", foram derrubados pela polícia. No centro, a sra. Martinha Herminia de Lima fala ao reporter.

HISTÓRIAS DA MISÉRIA NO MORRO DA CATATUMBA

UM MUNDO DIFERENTE DO RIO DE JANEIRO OFICIAL — BARRACOS SEM NÚMERO, NA GARUPA DO PENHASCO — O QUE PODE CONTER UM BARRACO, DE CINCO METROS DE FUNDO POR TRÊS DE FRENTE — LAVADEIRAS REIVINDICAM BICAS D'ÁGUA — UMA HISTÓRIA CAMPONEZA — A HISTÓRIA DE UMA VIOLÊNCIA DA DITADURA POLICIAL, DESTRUINDO A ESCOLA DE UM COMITÊ DEMOCRÁ-

★ ★ ★ ★ ★ TICO A GOLPES DE MACHADO ★ ★ ★ ★ ★

O morro da Catatumba, como tantos outros morros, não faz parte do Rio de Janeiro oficial. É uma outra cidade, onde a medida das coisas não se pode fazer pelo padrão das avenidas e dos arranha-céus. Isso, porém, ainda não diz nada, porque o morro da Catatumba nem mesmo pode ser visto, sem espanto, pelos olhos de quem está acostumado a ver os mais pobres povoados do interior.

Alli não existem casas. Existem barracos, sem numeração, armados de madeira de calçotes e telhado de zinco ou de lataria. Cada barraco, um quarto apenas, geralmente cinco metros de fundo por três ou quatro de frente. Não existem ruas. Os barracos vão se arrumando na garupa do penhasco, até onde for possível, algumas vezes apoiando-se em estacas sobre declives perigosos. A engenharia do morro é muito simples, mas em certos casos oferece problemas complicados, que se resolvem com estacas, escoras, calçotes, etc. E o resultado são esses barracos, que parecem na hora de perder o equilíbrio e se despençar morro abaixo.

Porém, se já sabemos que, nessa estranha cidade, não existem ruas nem ruas, mas simplesmente barracos, armados de qualquer maneira, de acordo com as dobras do rochedo, precisamos ainda tomar conhecimento de alguns outros detalhes inevitáveis para completar o quadro. A lama faz parte do quadro, nessa época de chuva. A lama chega às vezes a invadir o próprio barraco. Lama e água suja criam dentro daquelas quatro paredes de tábuas uma atmosfera especial, em que o mau cheiro é um elemento permanente. Esporos e água canalizada, isso não chega ainda para o mundo dos morros, mundo que não entra absolutamente nas cogitações e nos famosos planos administrativos de prefeitos nomeados acima da vontade do povo.

AS LAVADEIRAS E AS SUAS PREOCUPAÇÕES

O morro da Catatumba fica às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Do outro lado, podem ser vistas as casas elegantes e bem enfileiradas de Ipanema. Mas isso faz parte do Rio de Janeiro oficial. Do lado de cá, é diferente. Um penhasco enorme se ergue, pedra lisa e intransponível na sua parte superior, coberto de barro e de vegetação até a meia altura. Por ali se espalham os barracos.

A reportagem vai chegando, numa hora da tarde em que somente as mulheres e as crianças se encontram nas redondezas. Os homens estão suando no trabalho.

Enquanto os meninos descalços e maltrapilhos, jogam futebol na lama, as mulheres se preocupam em lavar a roupa.

Descem pelo íngreme declive do morro, equilibrando na cabeça a bacia cheia de roupa e se enfileiram, cá em baixo, junto ao chafariz ou junto ao poço. Mas a água do chafariz e do poço é muito pouca. Não dá para toda a população do morro. E o resultado é a tragédia de um dia inteiro para lavar algumas peças de roupa. Depois, novamente a subida do morro, carregando o peso na cabeça, com o risco de cair e machucar o corpo.

Bicas d'água — essa é a reivindicação de Alice Evangelista dos Santos, de Maria Conceição de Oliveira, de Docelina da Costa.

Alice fala ao reporter:

— Sou uma mulher velha e doente. Não sirvo mais pra nada, senão para lavar essa roupa. Tenho uma filha única, que faz trabalho de costura na "Confecção de São Felix", e duas netinhas, que andam brincando por aí como o Sr. Vê. Mas esse negócio de lavar roupa é uma consagração. A bica que tinha aqui perto, foi fechada. A água que nós estamos usando, é do barracão de obras da Prefeitura,

ali junto. Mas quando sair o barracão, como vai ser?

Alice não tem confiança nas autoridades, que até agora nada fizeram. Já ouviu falar na TRIBUNA POPULAR e na A CLASSE OPERÁRIA e pede, com energia, que o seu protesto seja registrado.

O QUE EXISTE DENTRO DE UM BARRACO

Vamos subindo o morro e, a certa altura, pedimos licença a uma Sra. para entrar no seu barraco. A sua porta de entrada — única abertura do barraco — se encontra do lado do próprio morro disposta de tal maneira, que a luz nunca pode penetrar. A meia-escureidão é permanente. Isso, entretanto, é um detalhe insignificante, porque o que mais impressiona é o mundo de coisas arrumado dentro da "caixa de fosforo", que é o barraco. Duas camisas, uma bacia de roupa lavada, roupa estendida de uma extremidade a outra, um fogão de lataria, uma mesa de sobras de madeira, um armário de calçotes, lenha arrumada num canto.

A Sra. Miquelina nos explica, que ali dormem ela mesma e três filhos crescidos, que, no momento, estão trabalhando. Ultimamente, ainda está sob os seus cuidados uma criança de poucos meses, que é sua neta.

TRAGÉDIA CAMPONEZA NO MORRO DA CATATUMBA

Mais adiante, uma mulher ainda jovem, mas amarelada e magra, pela falta de alimentação cronica, nos convida para entrar no seu casebre, com uma fala de nordestina do interior. E ouvimos, então, uma história que, em nosso país, já não é nenhuma novidade, uma história que vem se repetindo milhares de vezes.

João Herminio de Lima, sua mulher Martinha e três filhos, viviam numa pequena roça, em Cachoeira de São Miguel, povoado de Campina, na Paraíba do Norte. Plantavam

farinha, feijão, macaxeira.

— Mas só dava para comer — diz-nos agora, Martinha. Para dizer a verdade, não dava nem mesmo para comer. Quando sobrava um saco de farinha ou de feijão, a gente vendia e com isso se podia comprar uns metros de pano, uma ferramenta qualquer ou um pouco de sal, de carne seca. Entra ano, sai ano, a gente sempre na mesma vida e tudo piorando, com a carestia.

O Governo jamais ajudou em coisa alguma. João Herminio nunca recebeu sementes, ferramentas ou qualquer outra espécie de assistência. E não é surpreendente que assim tenha sido, porque, ainda agora, o governo se preocupa em trazer imigrantes, restos fascistas inadaptados ao clima democrático da Europa, aos quais cerca de um carinhão ridículo. A essa escola humana não faltará nada. Mas os milhões de brasileiros, que se arrebentam lavrando um pedaço de terra, esses não merecem proteção, nem carinho. Foram esquecidos pelo ditador Getúlio, não são lembrados pelo ditador Dutra, ambos representantes diretos dos grandes senhores de terra, donos absolutos dos créditos do Estado.

NOVA FASE DA VIDA

A família camponeza, desde cerca de um ano, se encontra numa nova fase da sua vida, no morro da Catatumba, em pleno Rio de Janeiro.

João Herminio foi o primeiro, que veio. Arranjou algum dinheiro emprestado e mandou trazer em seguida a sua mulher e o filho mais velho, Manuel, um garoto de treze anos. A roça e os filhos mais jovens ficaram aos cuidados dos parentes.

— O pobre só vive — afirma-nos Martinha. O que o meu marido ganha, trabalhando num jardim, dá somente para comer feijão, farinha e carne seca. Não podemos gastar mesmo um tostão, para comer qualquer outra coisa, porque senão

a gente não cumpre com os seus deveres...

Esses deveres — compreendemos logo em seguida — são as dívidas. João Martinho, trabalhando doente, tem que sustentar a mulher e o filho e pagar o dinheiro da passagem de navio e a compra do barraco, que custou Cr\$ 1.000,00.

ONDE SURGE A VIOLÊNCIA POLICIAL

Já de volta ao sopé do morro, colhemos a última história de nossa reportagem. História revoltante de uma das muitas violências da nova ditadura, que agora vai enxovalhando, mais e mais, o nosso país.

A história se resume no seguinte: O Comitê Democrático da Lagoa eruiu um barraco onde iria funcionar uma escola para as crianças do morro da Catatumba. O fechamento do Partido Comunista, porém, foi o sinal para atos de violência e terror contra qualquer tipo de organização popular. A ditadura odeia o povo organizado e, por isso, rasgou a Constituição. Assim é que, no mesmo dia do arbitrário fechamento das sedes do Partido Comunista, uma turma de investigadores apareceu no morro da Catatumba e, dizendo insultos aos comunistas, ante o espanto e a indignação dos moradores do morro, botou abaixo o barraco, onde iria funcionar a escola. Não contentes com isso, os investigadores puseram abaixo selvagemmente alguns barracos, localizados nas proximidades.

Tereza Viana de Souza, nos conta, ainda com algum susto, que ela e o marido, José Belmonte e três filhos pequenos, tinham chegado há pouco tempo, de Barra do Itaipemirim, no Espírito Santo. Estavam acabando de levantar o seu barraco, quando a polícia chegou e alegando que se tratava de casa de comunista, o derrubou a machado.

A velha Cândida Costa, que mora (CONCLUI NA 7.ª PAG.)